

DAYSE RODRIGUES DOS SANTOS
NILA LUCIANA VILHENA MADUREIRA
(Organizadoras)



Conquistas, reflexões e desafios na formação continuada docente



Pantanal Editora

2020

DAYSE RODRIGUES DOS SANTOS
NILA LUCIANA VILHENA MADUREIRA
(Organizadoras)

Conquistas, reflexões e desafios na formação continuada docente



Pantanal Editora

2020

Copyright[©] Pantanal Editora
Copyright do Texto[©] 2020 Os Autores
Copyright da Edição[©] 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – (URCA)
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez – ITSON (México)
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Ma. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Bel. Ana Carolina de Deus

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C753 Conquistas, reflexões e desafios na formação continuada docente [recurso eletrônico] / Organizadoras Dayse Rodrigues dos Santos, Nila Luciana Vilhena Madureira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020.
141 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-991208-1-7

DOI <https://doi.org/10.46420/9786599120817>

1. Educação. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Santos, Dayse Rodrigues dos. II. Madureira, Nila Luciana Vilhena.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

O *e-book Conquistas, Reflexões e Desafios na Formação Continuada Docente* nasceu do anseio das professoras Dayse Rodrigues dos Santos e Nila Luciana Vilhena Madureira em divulgar seus estudos e ao mesmo tempo manter uma interlocução teórica e prática com diversos autores e estudiosos da área de Formação de Professores. Este *e-book* subdivide-se em 10 capítulos dos quais abordam:

O primeiro capítulo *A formação docente nos países da América Latina: reflexões para uma formação na perspectiva descolonial*, de Tatiane Peres Zawaski e Gilberto Ferreira da Silva, aborda a formação de professores, tomando por referência o debate produzido por pesquisadores da América Latina na perspectiva da descolonialidade.

O segundo capítulo sobre *Formação continuada de professores e desenvolvimento humano: perspectivas a partir de um debate teórico*, de Fábio Brazier e Olavo Pereira Soares, apresenta uma reflexão teórica sobre as possibilidades de uma formação continuada que tenha no desenvolvimento humano dos professores seu objetivo principal.

O terceiro capítulo, de Nathália Cristina Amorim Tamaio de Souza, Rayana Silveira Souza Longhin Lourenço Flávia Graziela Moreira Passalacqua, *A receptividade de professores alfabetizadores às iniciativas de formação continuada: entre apropriações, desvios e reempregos* objetiva compreender a maneira como professores alfabetizadores se apropriam e partilham conhecimentos adquiridos nas iniciativas de formação continuada em âmbito local e nacional.

O quarto capítulo *Práticas de oralidade em Língua Inglesa no Ensino Fundamental*, a autora Dayse Rodrigues dos Santos, relê a experiência do estágio supervisionado, do curso superior em Letras - Português/Inglês e respectivas literaturas. No referido trabalho, ela resgata aspectos do processo inicial de formação e como eles refletem ao longo da carreira docente.

O quinto capítulo sobre *Grupo de estudos: uma modalidade de formação continuada de professores no município de Colíder-MT*, de Regina Uemoto Maciel Martins e Maria José Basso Marques pretende analisar as repercussões da formação continuada a partir do “Grupo de Estudos: Introdução à Linguística”, desenvolvido como curso de extensão do “Projeto Leituras Urbanas e suas materialidades discursivas socioambientais no Norte do Mato Grosso” – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT – MT).

O sexto capítulo, dos autores Josiane Bertoldo Piovesan, Suzel Lima da Silva, Francisco Nilton Gomes de Oliveira e Daniela Tonús, *que aborda a Educação superior, tecnologias educacionais e a formação continuada*, propõe uma reflexão por meio das pesquisas na área da formação continuada, evidenciando os estudos sobre o processo de formação continuada, os atuais desafios e quais os anseios que a profissão docente abarca no contexto do ensino superior.

O sétimo capítulo fala sobre a relevância da utilização da tecnologia assistiva para o ensino de surdos e a importância da formação continuada de professores para a educação desses sujeitos, na *Formação continuada de professores, quanto da Tecnologia Assistiva na Educação de Surdos*, pelas autoras Queila Pahim da Silva, Núbia Flávia Oliveira Mendes e Sylvana Karla da Silva de L. Santos.

No oitavo capítulo, as autoras Queila Pahim da Silva e Maria Cristina Mesquita da Silva abordam sobre a *Formação Continuada de Professores para a Educação de Surdos: Importância, Avanços e Desafios a partir de uma Revisão Sistemática de Teses e Dissertações*. O Referido trabalho

discute a importância da formação continuada de professores para atuação na Educação Bilíngue de Surdos no Brasil, tendo em vista a percepção da sociedade ouvinte sobre as pessoas Surdas.

No nono capítulo, *O Processo Reflexivo da Prática Docente: Um Olhar Sob a Luz da Reflexão*, as autoras Andréia Mores, Mariane Fruet de Mello, Maria Nelma Marques da Rocha e Paula Bergozza investigam e evidenciam acerca da importância da reflexão na prática docente, assim podendo desenvolver novas metodologias de ensino ou (re) adequá-las a partir de suas experiências e reflexões.

No décimo capítulo a autora Nila Luciana Vilhena Madureira analisa *A Formação Continuada na Perspectiva dos Ciclos de Vidas dos Professores: o Programa ALFAMAT coordenado pela SEMEC/Belém* que objetivou investigar a relação do Ciclos de Vida de Professores e a percepção dos docentes sobre a prática pedagógica.

Pretendemos, a partir dessa obra, contribuir com as pesquisas que abordem a docência nas mais diversas dimensões, como por exemplo, o trabalho dos professores, a prática pedagógica e a formação inicial e continuada dos mesmos, de modo que os resultados das pesquisas aqui evidenciados possam servir como reflexão e intervenção sobre a atuação de professores no Brasil.

As organizadoras

SUMÁRIO

Apresentação	4
CAPÍTULO I	
A formação docente nos países da América Latina: reflexões para uma formação na perspectiva descolonial.....	7
CAPÍTULO II	
Formação continuada de professores e desenvolvimento humano: perspectivas a partir de um debate teórico.....	21
CAPÍTULO III	
A receptividade de professores alfabetizadores às iniciativas de formação continuada: entre apropriações, desvios e reempregos.....	39
CAPÍTULO IV	
Práticas de oralidade em Língua Inglesa no Ensino Fundamental	49
CAPÍTULO V	
Grupo de estudos: uma modalidade de formação continuada de professores no município de Colíder-MT	59
CAPÍTULO VI	
Educação superior, tecnologias educacionais e a formação continuada	69
CAPÍTULO VII	
Formação continuada de professores e Tecnologia Assistiva na Educação de Surdos	84
CAPÍTULO VIII	
Formação Continuada de Professores para a Educação de Surdos: Importância, Avanços e Desafios a partir de uma Revisão Sistemática de Teses e Dissertações.....	100
CAPÍTULO IX	
O Processo Reflexivo da Prática Docente: um Olhar à Luz da Reflexão	114
CAPÍTULO X	
Formação Continuada na Perspectiva dos Ciclos de Vidas dos Professores: o Programa ALFAMAT coordenado pela SEMEC/Belém.....	127
Índice Remissivo	140

Formação continuada de professores e Tecnologia Assistiva na Educação de Surdos

Recebido em: 01/05/2020

Aceito em: 12/05/2020

 10.46420/9786599120817cap7

Queila Pahim da Silva^{1*} 

Núbia Flávia Oliveira Mendes² 

Sylvana Karla da Silva de L. Santos³ 

INTRODUÇÃO

Até o século XV, os Surdos⁴ eram mundialmente considerados como ineducáveis. Do ponto de vista aristotélico, na perspectiva de condição humana, as pessoas que não têm audição, não falam e se não falam (oralmente), não possuem língua, portanto não pensam, logo não são humanas (Veloso; Maia Filho, 2009). Nesse sentido, os Surdos eram excluídos da sociedade de forma drástica e cruel, sendo muitas vezes sacrificados, e os que conseguiam sobreviver não podiam participar ativamente do convívio social.

Um dos marcos do século XXI é o avanço tecnológico em meios de comunicação como internet, computadores, celulares, *tablets* e outros que tem trazido importantes mudanças para a sociedade, o dia a dia de seus usuários e também para as escolas. A utilização de mídias e de redes sociais possibilita interações imediatas a longa distância e a Tecnologia Assistiva (TA) corresponde aos recursos voltados para a pessoas com deficiência e os Surdos.

No entanto, não basta haver novas formas de ensino decorrentes das tecnologias, é preciso que os professores estejam capacitados para lidar e desenvolver novas ferramentas de ensino aprendizagem, para os educandos desse novo milênio, inclusive o público alvo da educação inclusiva, grupo em que estão inseridos os Surdos.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Professora do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, campus Brasília.

² Doutoranda em em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora de Libras do Instituto Federal de Brasília, Campus Brasília.

³ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. Professora do eixo Informação e Comunicação do Instituto Federal de Brasília, Campus Brasília.

* Autor(a) de correspondência: quepahim@gmail.com.

⁴ O termo “Surdo”, com inicial maiúscula, se difere do termo “surdo” porque o primeiro representa os ativistas da Comunidade Surda que se identificam como tal; já o segundo, são pessoas que têm alguma limitação auditiva e não se aceitam parte desta Comunidade. Esses termos foram diferenciados por James Woodward, em 1972.

Diante disso, esta pesquisa pretende apresentar a relevância da utilização da tecnologia assistiva para o ensino de Surdos e a importância da formação continuada de professores para a educação desses sujeitos, no que se refere à utilização dessa ferramenta e a característica visuoespacial da Língua Brasileira de Sinais - Libras (Quadros, 2004).

A pesquisa foi realizada em uma instituição de educação, ciência e tecnologia situada na capital do Brasil, onde através da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, levantou o entendimento sobre o conceito de tecnologia assistiva e a necessidade de formação continuada docente para sua utilização, sob o olhar de professores dos quatro eixos tecnológicos do campus. A gestão da instituição também foi questionada sobre a oferta de cursos dessa modalidade.

O artigo aborda, inicialmente, o marco teórico do objeto da pesquisa com os tópicos: Formação continuada docente para Educação de Surdos, Tecnologia Assistiva, Mídias para a Educação de Surdos e Educação e letramento de Surdos no Brasil. Em seguida, é apresentada a metodologia, os resultados alcançados e as considerações finais.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Nos últimos anos do século XX os docentes tiveram constantes progressos de pesquisas relacionadas às suas formações que implicaram mais em registros escritos do que refletidas nas práticas de ensino (Imbérnom, 2010). Muitas são as situações indicadas para que o reflexo da teoria seja maior do que a realidade das ensinanças. A heterogeneidade de estudantes são umas das particularidades apontadas para a minimização da aplicabilidade dessas pesquisas às práticas de ensino.

Há de considerar ainda que, educadores constantemente trabalham com críticas construtivas a respeito da carência de capacitação relacionado às especificidades de educandos em suas formações acadêmicas. Refletidos sob essas construções, muitos estudos são realizados em busca de alinhamentos direcionados ao aprendizado continuado das práticas de ensino.

No advento de ensinamentos para o aperfeiçoamento de ensino, os profissionais devem libertar-se de tais condicionamentos já apreendidos e formalizados, e ampliar seus conhecimentos, em busca de capacitação mediante a formação continuada (Candau, 1997; Nascimento, 2000; Pimenta, 2002).

A busca por conhecimentos perpassa às escolhas, disposição, formação e sistematização de estudos realizados (Pescuma; Castilho, 2005). Portanto, romper com

antigos paradigmas requer mais do que ações, a desconstrução de conhecimentos pede uma reavaliação de práxis de ensino.

Analisando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), os professores devem oferecer aos estudantes "formação e qualificação" adequada para constituir um ensino com qualidade (Brasil, 1996). Ou seja, mesmo que na sua formação inicial tenha ou não contemplado satisfatoriamente o ensino voltado às especialidades de cada educando, o docente deve constantemente estar em formação.

Em geral, os currículos de formação de professores que versam sobre educandos Surdos, visam uma preparação de recepção das pessoas com deficiência. Incluem portanto, conteúdos que não são orientados de acordo com às percepções visuoespaciais de comunicação e entendimento, próprias de estudantes Surdos (Campello, 2008). Tampouco é percebido as únicas características que os diferem de outros educandos: a língua e a cultura.

Refletindo sobre o ensino voltado aos Surdos, os docentes devem considerar as formações continuadas que tratam das representações culturais e linguísticas desses sujeitos (Strobel, 2009). Essa capacitação deve valorizar e respeitar as peculiaridades e necessidades desses estudantes, a qual reconhece a Libras como a primeira língua e o português escrito como a segunda, conforme normatiza a Lei n. 10.436/2002.

Reconhecer as especificidades dos educandos Surdos significa, igualmente, compreender que todos eles devem ser incluídos homogeneamente nas instituições de ensino. Não obstante, o ensino para eles deve contemplar suas particularidades heterogêneas para então, evitar a segregação (Gomes et al., 2015).

Os resultados das pesquisas realizadas por Silveira et al. (2012), mostram fortemente a falta de formação de professores em geral, o que prejudica o ensino voltado à inclusão. Questiona-se então, a falta de formação continuada de docentes para a Educação de Surdos. Por isso, deve-se os docentes continuamente serem capacitados para um ensino que concatena com as experiências visuais dos educandos Surdos. Assim como Fernandes e Reis (2019) afirmam, espera-se que o estudante Surdo possa não só ler imagens, mas também extrair significados de forma independente à constituição do pensamento, a partir de conhecimentos formacionais que envolvam atividades visuais.

Para que a educação voltada aos Surdos contemple sua língua e cultura, a formação continuada docente deve abranger métodos que promovam a qualidade no ensino numa configuração de recepção satisfatória do aprendizado desses educandos. Ou seja, é indispensável que o trabalho docente seja completamente adequado e adaptado aos Surdos. Nesse sentido, as tecnologias assistivas vem fortemente contribuir para tal construção.

A formação continuada docente de Educação de Surdos deve “propiciar metodologias que promovam o aprendizado sobre a **independência** (grifo nosso) de educandos Surdos, um dos objetivos da Tecnologia Assistiva” (Damasceno; Filho, 2002). Qualquer ação que valha a dependência, descompromete o termo em evidência. Nesse sentido, vale ressaltar que ancorar a carência de conhecimento no profissional Tradutor e Intérprete de Libras em sala de aula, não faz jus ao termo em destaque. Este é um assunto que cabe aprofundamento em posteriores pesquisas.

A seguir, será apresentada a mídia como Tecnologia Assistiva para o processo de ensino aprendizagem de Surdos que viabiliza o acesso comunicacional e informacional da pessoa Surda que utiliza a Língua Brasileira de Sinais - Libras⁵ como primeira língua (L1).

TECNOLOGIA ASSISTIVA

O termo Tecnologia Assistiva (TA), anteriormente denominado Ajudas Técnicas, equivale a:

uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas Surdas e pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Comitê de Ajudas Técnicas, 2009).

De modo abrangente, a TA pode ser vista como um “fenômeno multidimensional, que envolve aspectos mecânicos, biomecânicos, ergonômicos, funcionais, cinesiológicos, éticos, estéticos, políticos, afetivos, subjetivos e como tal deve ser analisado” (Rocha; Castiglioni, 2005). Essa perspectiva remete o conceito ao âmbito da reabilitação, destinado a auxiliar no processo de acessibilidade da pessoa Surda e da pessoa com deficiência, que é o público alvo da TA.

No contexto dos ambientes digitais, Rocha e Duarte (2012) destacam que a principal função da TA é proporcionar a seu usuário a apresentação do conteúdo na tela do computador e facilitar o acesso e interação com tal conteúdo. Para Souza et al. (2013), a proposta da TA está em “ampliar a comunicação, a mobilidade, o controle do ambiente, as possibilidades de aprendizado, trabalho e integração na vida familiar, com os amigos e na sociedade”. Neste sentido, a TA pode contribuir na Educação de Surdos para reduzir a barreira comunicacional no processo de ensino e aprendizagem, visto que em salas de aula regulares têm-se um público, em sua maioria, composto por pessoas ouvintes e os recursos

⁵ Língua de sinais utilizada pelos Surdos brasileiros e reconhecida como meio legal de comunicação e expressão com estrutura gramatical própria pela Lei da Libras – Lei nº 10.436/2002.

comumente empregados apresentam-se em língua escrita (livros impressos) ou oral (verbalização do educador).

Os softwares de tradução automática de Línguas de Sinais são ferramentas de TA que podem auxiliar a comunicação entre pessoas ouvintes e pessoas Surdas que usam a Libras, bem como a acessibilidade informacional. Estas tecnologias utilizam um intérprete virtual, conhecido como *avatar*, que sinaliza termos os quais compõem um vocabulário pré-definido ou, na ausência do termo, ocorre a datilologia, que corresponde à representação manual das letras do alfabeto em Libras. Alguns softwares de conversão de voz ou texto para Libras, como o Hand Talk⁶ e o VLibras⁷ foram produzidos por equipes brasileiras e desenvolvidos em projetos de universidades públicas, estando disponíveis para aplicativos móveis e *desktop*.

A legenda em vídeos também se caracteriza como uma TA, evidenciada pela distribuição gratuita em plataformas digitais da web, como o *YouTube*, que têm o poder de disseminar a informação e atingir uma parcela de leitores usuários da língua escrita. A combinação de vídeo, legenda e janela de Libras é abordada por Pinto e Prietch (2014), que buscam relacionar projetos dedicados ao atendimento do público Surdo na sua essencialidade, de modo abrangente e para proporcionar acessibilidade no ambiente escolar.

MÍDIAS PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS

A partir do surgimento da web e da diversidade de serviços ofertados, as formas de comunicação foram ampliadas e proporcionaram o acesso à comunicação com possibilidades diversas, permitindo que o usuário pudesse se tornar, além de consumidor, também produtor da informação (Amorim et al., 2016). Assim, as mídias passaram a contribuir com a disseminação da informação no ambiente virtual para que seja alcançada a qualquer momento e por quem tiver interesse.

De forma geral, percebemos novas formas de comunicar que dão espaço ao surgimento de ferramentas capazes de unir texto, imagem, vídeo, em suportes impressos e digitais, em meios tradicionais, como a TV, ou atuais, como o computador. O infográfico é uma dessas ferramentas que tem o poder de sintetizar a informação e facilitar a compreensão de acontecimentos ou ações pelo acréscimo de gráficos, tabelas, mapas e diagramas (Scolari; Krusser, 2017). Tais aspectos mostram-se relevantes ao considerar novas formas de abordagem da Educação de Surdos e as características visuais deste público.

⁶ <https://www.handtalk.me/>

⁷ <http://www.vlibras.gov.br/>

Ao descrever as dificuldades de comunicação de um estudante Surdo no ensino superior, a pesquisa de Santos e Dantas (2017) reflete sobre a presença da tecnologia para auxiliar a comunicação entre Surdos e ouvintes. Apesar de o estudante Surdo ter acesso a uma tecnologia assistiva capaz de contribuir com a comunicação do professor durante a aula, o mesmo permanece isolado com relação aos demais colegas da turma, todos ouvintes, devido à predominância da oralidade e da escrita no ambiente escolar. Percebe-se que a presença de uma tecnologia em sala de aula não é garantia de acessibilidade, visto que depende de outros fatores, como a formação dos professores para lidar com a pessoa Surda, o esforço dos ouvintes em aprender a se comunicar na Língua de Sinais, o interesse da gestão em investir na manutenção e a formação continuada dos Tradutores e Intérpretes que precisam estar constantemente aprendendo sobre as técnicas de tradução e sobre novos vocábulos em Libras.

EDUCAÇÃO E LETRAMENTO DE SURDOS NO BRASIL

A partir do século XVI, na Europa, teve início a Educação de Surdos em cujas práticas pedagógicas fora idealizada para o método oral, voltado para o ensino da fala. Um dos motivos foi a necessidade de repasse das heranças de famílias nobres com o intuito de prepará-los para recebimento dessas heranças, portanto precisavam aprender a falar como os ouvintes. O uso das Línguas de Sinais era totalmente proibido, sem a preocupação com a opinião e posição dos próprios interessados, ou seja, a dos Surdos (Goldfeld, 1997).

Essas ações foram refletidas na Educação de Surdos no Brasil, advinda historicamente pelo fato de que Dom Pedro II teve um neto Surdo e, por isso, voltou sua atenção para a Educação dos Surdos brasileiros. Em 1857, no Rio de Janeiro, juntamente com o padre Surdo francês Huet, o imperador Dom Pedro II fundou a primeira escola de Surdos, denominada naquela época de Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atualmente INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos. Somente meninos Surdos podiam usufruir do ensino nessa instituição, que recebia surdos de todo o país e, a medida que eles se formavam, voltavam para seus estados e disseminavam a Libras aos demais surdos que não pudessem permanecer no regime de internato. Nesse sentido, houve a mistura da Língua de Sinais Francesa com a língua, já em uso pelos Surdos de várias regiões do Brasil, tornando então a Libras (Strobel, 2009).

Posteriormente, em 1929, em São Paulo, fundou-se a primeira escola para meninas Surdas, também no modo internato. A alfabetização dessas crianças, bem como no INES, era baseada nas Línguas de Sinais em uso, com influência da Língua de Sinais Francesa, e no

método oral, o que mais prevalecia na época (Berenz, 2003). Nesse método, era necessário que os Surdos desenvolvessem a leitura labial e a vocalização da fala. Eles eram obrigados a aprender a falar oralmente, o recebimento das informações deveria ser por meio da leitura labial, independente se a estrutura fisiológica dos Surdos comportava ou não esse tipo de sistema. O uso da Língua de Sinais não era bem visto, uma vez que, para a participação dos Surdos na sociedade, eles precisavam falar, produzir e se comportar como ouvintes.

O método oral não contemplava a alfabetização de Surdos. Com o tempo, foi percebido que havia comunicação entre eles, em Língua de Sinais. Então, para que os Surdos pudessem interagir com os ouvintes e fossem alfabetizados, levaram em consideração todos os recursos que envolvia a produção de pensamentos, independentemente do modo, por meio da Língua de Sinais, elementos visuais, a oralização, leitura labial, a datilologia. Todos utilizados concomitantes para a produção de pensamentos e na tentativa da interação social, tal método era chamado de comunicação total (Strobel, 2009).

Até hoje, século XXI, discute-se sobre o método de ensino ideal para os Surdos: alfabetizá-los, por meio da língua majoritária do país, ou construir uma educação voltada à sua Cultura e língua natural? Por serem nativos brasileiros e viverem numa comunidade minoritária, os Surdos ainda estão sujeitos a se submeterem à língua de uma sociedade majoritária que ainda não compreende a totalidade da Cultura e da língua dos Surdos (Karnopp, 2006).

No processo de alfabetização para os Surdos, “os profissionais não acreditam que através da Língua de Sinais seja, de fato, possível discutir os avanços científicos e tecnológicos que cabem à escola trabalhar” (Quadros, 2004). Diante disso, o método bilíngue, tem a proposta de alfabetizar os Surdos primeiramente em Libras para apoiar-se e aprenderem o português concomitantemente. Por influência ouvintista, o português é posto como língua de prestígio, como se fosse a primeira língua dos Surdos (L1) e a Língua de Sinais, tida como a desvalorizada, sendo segunda língua (L2). Contudo, aqueles Surdos que foram alfabetizados e letrados na Libras, no caso do Brasil, se apoderam de sua Cultura e têm a Língua de Sinais como L1. Por isso, todas as informações devem estar acessíveis na Libras para que seja garantida sua participação efetiva na sociedade.

Para a alfabetização de Surdos é necessário que todos os elementos culturais da língua estejam presentes no processo. Graças às tecnologias, alavancou ainda mais o acesso linguístico dos Surdos aos meios de comunicação, o que traz uma rápida e constante transformação na sociedade e no dia a dia de seus usuários. Essa mudança está presente no comportamento dos estudantes que, muitas vezes, captam imagens das anotações de uma

aula com a câmera do celular, ao invés de registrar no formato escrito. Da mesma forma, o professor também precisa modificar seus hábitos para alcançar um público específico e atual, no sentido de estar sempre buscando novas tecnologias para facilitar o aprendizado (Stumpf, 2010).

A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Libras como meio de comunicação dos Surdos, mas no Art. 4º, no parágrafo único, proíbe que substitua o português, na modalidade escrita (Brasil, 2002). Sendo assim, os Surdos podem se expressar em Libras, mas o registro deve acontecer em sua L2. Nesse sentido, mesmo que os professores se esforcem para aprender a Libras, “ainda assim, delega-se à escrita o papel de assumir tal função. Mais uma vez, perpassa-se a sobreposição do português (língua da maioria) à língua de sinais, como aconteceu ao longo da história da Educação de Surdos” (Quadros, 2004).

Ora, se os fatos revelados em toda a história da Educação de Surdos mostram que a funcionalidade das línguas orais não contempla as especificidades da Cultura e da língua dos Surdos, insistir no registro de uma língua totalmente distante da língua visuoespacial é querer permanecer no equívoco. Para os Surdos, ainda continua sendo um tormento a aquisição da linguagem com interferência da língua dos ouvintes, o que demonstra que a herança ouvintista ainda permeia pela Educação de Surdos no Brasil.

Na próxima seção, será abordada a metodologia adotada na investigação.

MATERIAL E MÉTODOS

O procedimento metodológico utilizado para a discussão dessa temática configurou-se em pesquisa bibliográfica e estudo de caso pois, de acordo com Fonseca (2002), pode ser caracterizado como um estudo de uma categoria bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social, onde o pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe.

Após o planejamento operacional para a efetivação da pesquisa, optou-se pela entrevista semiestruturada e questionário como instrumento para a coleta de dados. As entrevistas e aplicação de questionário foram realizados entre os dias 24 e 30 de abril de 2020, com quatro docentes que já atuaram com estudantes Surdos em suas classes, e uma gestora, sendo todos da mesma instituição, perfazendo cinco respondentes. A escolha por quatro professores se deu pela diversidade de eixos tecnológicos presentes em cada um dos campi pesquisados, totalizando quatro e pela gestora, por ser o setor dela, o responsável pelas políticas de inclusão na instituição.

As entrevistas foram feitas por ligação telefônica e gravadas em formato de áudio. Logo após a aplicação, as entrevistas foram transcritas em língua portuguesa o que, segundo Zanelli (2002), permite maior fidelidade à transcrição, além de reformular e melhorar as entrevistas para outros entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, serão descritas, analisadas e discutidas as respostas obtidas a partir das entrevistas efetuadas com os cinco atores, conforme mencionados no item anterior, que atuam em uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, localizada na capital do Brasil, Brasília. As perguntas e respostas são apresentadas nas tabelas que seguem.

Inicialmente, serão abordadas as questões lançadas aos quatro docentes, os quais serão referenciados como Docente 1, Docente 2, e assim por diante, de forma a manter o anonimato.

Tabela 1. Respostas dos docentes às perguntas 1 e 2.

Perguntas 1 e 2	Tempo de experiência como docente, em anos?	Tempo de experiência como docente de Surdos, em anos?
Docente 1	25	8
Docente 2	4	1
Docente 3	9	1
Docente 4	16	8

Fonte: As autoras (2020).

A partir da Tabela 1, pode-se perceber que a experiência dos entrevistados, tanto na docência, de forma geral, quanto no convívio com os estudantes Surdos, obedece a uma proporção, ou seja, quanto maior o tempo de docência na instituição, maior é a prática com o público em questão.

As perguntas seguintes buscaram identificar se os docentes já participaram de formação continuada, de forma geral e com foco na Tecnologia Assistiva (TA).

Tabela 2. Respostas dos docentes às perguntas 3 e 4.

Perguntas 3 e 4	Participação em formação continuada	Participação em formação continuada TA
Docente 1	Sim, várias	Não
Docente 2	Sim, 3	Não
Docente 3	Sim, algumas	Não
Docente 4	Sim, 3	Sim

Fonte: As autoras (2020).

Com base na Tabela 2, observa-se que todos os docentes tiveram oportunidades de participar de formação continuada durante a sua carreira, seja em instituição anterior ou na atual. No entanto, apenas a Docente 4 participou de formação continuada voltada à Tecnologia Assistiva. Quanto a essa pergunta, o Docente 2 pontuou a ausência de formação continuada para o atendimento aos Surdos, mas também para estudantes com deficiência intelectual. A percepção do conceito de formação continuada foi divergente entre os Docentes 3 e 4, uma vez que um considera a participação em semanas pedagógicas, realizadas no início de cada semestre, como uma forma de capacitação, enquanto o outro pondera que estes eventos são de caráter informativos, como uma conversa.

A pergunta seguinte discorreu a respeito do conceito de Tecnologia Assistiva sob a perspectiva de cada entrevistado. A Tabela 3 traz a resposta de cada docente sobre esse termo.

Tabela 3. Respostas dos docentes à pergunta 5.

Pergunta 5	O que são Tecnologias Assistivas?
Docente 1	Conjunto de dispositivos ou metodologias que auxiliam o processo de professores de aprendizagem da Pessoa com Deficiência.
Docente 2	[...] é uma forma de aperfeiçoamento de técnicas de ensino e aprendizagem, mas que sejam moduladas com algum grau de deficiência ou uma limitação física ou psicológica, intelectual.
Docente 3	São ferramentas virtuais, talvez tecnológicas, que facilitam o processo de comunicação com o surdo [...] Uma plataforma de atividades online pedagógicas, ela teria que ser adaptada para o surdo [...] transformar a minha voz em legenda.
Docente 4	São tecnologias que dão uma assistência e permite que o surdo consiga o mesmo grau de conteúdo, de entendimento de conteúdo e complementa a especificidade que ele tem. [...] por exemplo, um aplicativo de tradução permite ele entender o professor dentro de um contexto que ele tá sem intérprete.

Fonte: As autoras (2020).

As perguntas finais da entrevista com os docentes, dispostas na tabela 4, buscaram investigar a necessidade de utilização de Tecnologia Assistiva, bem como a carência de

formação continuada, essencialmente, para auxiliar no processo de ensino de estudantes Surdos.

Em sua maioria, os docentes concordaram positivamente que os Surdos precisam de TA para o sucesso do processo de ensino. Além deste público, foi destacada pelo Docente 1 a possibilidade de atendimento com TA às pessoas com outras limitações, como os cegos, e demais estudantes com dificuldades de aprendizagem. No entanto, o Docente 2, ao negar essa necessidade, justificou que quem precisa de TA são os docentes, corroborando com o conceito que o mesmo indicou ao ser questionado sobre o que são as Tecnologias Assistivas relacionando-as a um procedimento.

Tabela 4. Respostas dos docentes às perguntas 6 e 7.

Perguntas 6 e 7	O ensino voltado aos Surdos necessita de tecnologia assistiva para eles?	Os professores devem receber formação continuada, especificamente, para ensinar estudantes Surdos?
Docente 1	Sim	Sim
Docente 2	Não	Sim
Docente 3	Sim	Sim
Docente 4	Sim	Depende

Fonte: As autoras (2020).

Na opinião da Docente 3, uma solução de TA para os Surdos poderia ser um software para fazer a conversão da língua oral para a língua escrita. Porém, esse mesmo docente mostrou-se inseguro para afirmar se o Tradutor e Intérprete de Libras é uma Tecnologia Assistiva, mas reforçou que a presença deste é imprescindível para o bom andamento da aula.

O Docente 4 afirma que a TA é essencial para o ensino de Surdos, pois dá condições iguais de aprendizagem em relação aos demais colegas da turma. Este docente pontuou, ainda, que a formação continuada não pode ser imposta ao docente, pois o mesmo deve ter sensibilidade e vontade de atuar com a diversidade de estudantes, pois há Surdos que fazem leitura labial, outros não sabem Libras e há os que têm baixa visão, além da surdez. Assim, destacou o papel dos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades específicas nas instituições de ensino cujo propósito é de auxiliar o corpo docente e promover a interação no momento de formação.

Ao profissional da gestão da instituição, foram submetidas duas questões, uma sobre quais cursos de formação continuada docente relacionados com Educação de Surdos foram

desenvolvidos nos últimos 5 anos, e se algum desses cursos contemplavam as tecnologias assistivas para o ensino desse público.

Obteve-se como resposta à primeira indagação, que 2 cursos de maneira transversal contemplaram a temática em foco. Em relação à oferta de cursos de formação continuada específicos em TA para Educação de Surdos, não houve nenhum curso ou iniciativa para tal.

Além dos cursos mencionados pela gestão da instituição, outras ações relacionadas ao atendimento às pessoas com deficiência foram apontadas, como a realização de um evento que trata da Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, realizado anualmente desde 2012, ciclos de palestras com mesas-redondas e participação de pessoas Surdas, e a comemoração de datas, como o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência que é festejado em setembro.

Constatou-se que, apesar do Decreto nº 5.296/2004 apontar a importância do acesso à comunicação e à informação à pessoa Surda e da pessoa com deficiência (PcD) e prever em seu artigo 24 que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade e públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes para os Surdos e as PcD (Brasil, 2002), isso não é atingido na instituição de ensino pesquisada.

Percebeu-se, também, que há diferença no entendimento sobre a utilização de Tecnologia Assistiva (TA) pelos docentes entrevistados na pesquisa, considerando a definição que o Comitê de Ajudas Técnicas traz e que engloba diversas formas de promoção e participação de pessoas Surdas e pessoas com deficiência.

Alguns docentes não apreendem a função do profissional TILS como uma TA. Tal constatação fez surgir uma nova indagação: Qual o entendimento dos pesquisados sobre Tecnologia Assistiva? Identificamos que há diferenças no entendimento, o que é recorrente, de acordo com Amorim et al. (2016).

Sabe-se que os recursos tecnológicos já estão inseridos no contexto social e educacional, sendo importantes ferramentas não apenas para a comunicação, informação e aprendizagem, como também é responsável mediações culturais. Nesse sentido, a TA, seja na forma de produtos e/ou serviços, pode trazer benefícios à comunicação e ao direito ao acesso à informação, pois pode promover autonomia, independência, qualidade de vida e acessibilidade aos indivíduos que necessitam.

CONCLUSÃO

A pesquisa buscou identificar a relevância e a ocorrência da formação continuada docente para a Educação de Surdos, referente à conteúdos relacionados com Tecnologia Assistiva, a partir da vivência de quatro professores e de uma gestora de um campus da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Acreditamos que a utilização das TA no processo de ensino-aprendizagem de Surdos não só representa um estímulo à criatividade, mas também ao desenvolvimento da liberdade de expressão e ao direito à informação por essa parcela da população.

Do ponto de vista socioantropológico, os Surdos ainda lutam para comprovar de fato que são cidadãos autônomos, constituídos por Comunidade, Cultura e língua, próprias. Por serem parte de uma Comunidade minoritária, os Surdos ainda estão submetidos às práticas e influências comuns da sociedade ouvintista.

Por meio das entrevistas, percebe-se que professores percebem a importância da formação continuada referente à utilização de Tecnologias Assistivas para a Educação de Surdos, apesar de nunca terem feito nenhum tipo de formação sobre essa temática. A gestora também compreende a relevância e necessidade dessa formação, mas poucas foram as opções de cursos desenvolvidos na área de educação especial e inclusiva e nenhum sobre Tecnologia Assistiva para o ensino de Surdos. Entendendo que legendas servem para os Surdos serem incluídos, eles querem ser incluídos ou desejam ter seu acesso de ir e vir quando e onde quiserem? Incluir significa ser “colocado”, “forçado”. Portanto, os vídeos disponíveis com legendas em português podem ser pensados para os Surdos oralizados, que foram alfabetizados somente na língua portuguesa. Mas, e os Surdos não oralizados? Para os Surdos alfabetizados e letrados na Libras, os quais têm a Língua de Sinais como L1, as legendas em português e até mesmo as minúsculas janelas de interpretação de Libras são camufladas. Estes recursos “maquiam” o acesso e o direito linguístico dos Surdos. O ideal seria que os Surdos recebessem as informações em primeiro plano, diretamente em sua primeira língua.

Desta forma, concluímos que o processo de ensino-aprendizagem por meio das TA na instituição não está sendo efetivo, pois os sujeitos desse processo não dialogam entre si, o que impossibilita o alinhamento de uma proposta para o sucesso da aprendizagem dos Surdos. Constatamos também, que apesar da importância e necessidade de formação continuada docente para o ensino de Surdos, nenhum dos docentes entrevistados, realizou alguma capacitação nessa perspectiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amorim MLC, Souza FF, Gomes AS (2016). *Educação a distância para surdos: acessibilidade de plataformas virtuais de aprendizagem*. Editora: Appris, Curitiba. 130p.
- Berenz N (2003). Surdos venceremos: the rise of the brazilian deaf community. In: MonAghan et al. (Org.). *Many Ways to Be Deaf: International Variation in Deaf Communities*. Washington, DC: Gallaudet University Press, 173-193.
- Brasil (1996). Casa Civil. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 01 mai. 2020.
- Brasil (1994). Casa Civil. *Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 12 mai. 2020.
- Brasil (2002). Casa Civil. *Lei n. 10.436 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências*. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 13 jun. 2019.
- Campello ARS (2008). *Pedagogia visual na educação de surdos-mudos*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 12p.
- Candau VMF (1997). *Formação continuada de professores: tendências atuais*. In: Candau VM (Org.). *Magistério: construção cotidiana*. Editora: Vozes, Petrópolis, p.51-68.
- Comitê de Ajudas Técnicas (2009). *Tecnologia Assistiva*. 2009. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>. Acesso em: 09.jun 2019.
- Damasceno LL, Filho TA (2002). *As novas tecnologias como tecnologia assistiva: utilizando os recursos de acessibilidade na educação especial*. Editora: CIEE, Rio Grande do Sul. 77p.
- Fernandes JM, Reis IF (2019). O papel da formação continuada no trabalho dos professores de Química com alunos Surdos. *Rev. Educação Especial*. Santa Maria, 32: 1-16.
- Fonseca JJS (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. 127p.
- Goldfeld M (1997). *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista*. São Paulo: Plexus. 175p.
- Gomes EA, Souza CVA, Soares CP (2015). *Articulação do conhecimento em museus de Ciências na busca por incluir estudantes surdos: analisando as possibilidades para se contemplar a diversidade em espaços não formais de educação*. *Experiências em Ensino de Ciências*, UFRGS, 10: 81-97.

- Imbérnon F (2010). *Formação Continuada de Professores*. Editora: Artmed, Rio Grande do Sul. 120p.
- Karnopp LB (2006). Literatura, Letramento e Práticas Educacionais. Grupo e Estudos e Subjetividade. *ETD – Educação Temática Digital*, 7(2): 98-109.
- Mendes NFO (2019). *Informações centrais de medicamento em Libras*: Tradução comentada para instituir o direito e o acesso linguístico dos surdos na área da saúde. (Dissertação de mestrado). UFSC, Florianópolis.
- Nascimento MG (2000). *A formação continuada dos professores: modelos, dimensões e problemática*. Ciclo de Conferências da Constituinte Escolar. Caderno Temático, Belo Horizonte, n. 5, jun.
- Pescuma D, Castilho APF (2005). *Projeto de pesquisa – o que é? como fazer? Um guia para sua elaboração*. Editora: Olho d'Água, São Paulo. 96p.
- Pimenta SG (2002). *Professor reflexivo: construindo uma crítica*. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. Editora: Cortez, São Paulo.
- Pinto JMA, Prietch SS (2014). Ubi-Converge: Uma Tecnologia Assistiva para suporte ao Processo de Ensino-Aprendizagem de Estudantes Surdos, *Nuevas Ideas en Informática Educativa*, 10: 74-84.
- Quadros RM (2004). Educação de surdos: efeitos de modalidade e práticas pedagógicas. In: Mendes, E. G.; Almeida, M. A.; Williams, L. C. de A. (Org.). *Temas em educação especial IV*. Editora: EdUFSCar, São Carlos. p.55-61.
- Rocha EF, Castiglioni MC (2005). Reflexões sobre recursos. *Revista de Terapia Ocupacional*, 16(3): 97-104.
- Rocha JÁ, Duarte ABS (2012). Diretrizes de acessibilidade web: um estudo comparativo entre as WCAG 2.0 e o e-MAG 3.0. *Inclusão Social*, 5(2): 73-86.
- Santos PK, Dantas NMR (2017). Tecnologias assistivas e a inclusão do estudante surdo na educação superior. *Revista Internacional De Educação Superior*, 3(3): 494-514.
- Silveira KA, Enumo SR, Rosa EM (2012). Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura. *Revista brasileira de educação especial*, 18(4): 695-708.
- Skolari S, Krusser, R (2017). Design e educação de surdos: aspectos relevantes para o projeto de infográficos bilíngues Libras/Português. In: Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces Humano Tecnológica, 16., 2017, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC.

- Sonza AP, Façanha A, Féo F, Pagani J, Gatto J, Machado MAS... (2013). Fernandes, W.L. Tecnologia Assistiva e Software Educativo. In SONZA, A. P. et al. (Orgs.). *Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de PNEs*. Bento Gonçalves, RS: IFRS, Campus Bento Gonçalves. cap. 4, p. 199-311.
- Strobel K (2009). *História da Educação de Surdos*. Editora: UFSC, Florianópolis. 49p.
- Stumpf MR (2010). *Educação de Surdos e Novas Tecnologias*. UFSC, Florianópolis. 34p.
- Veloso E, Maia Filho V (2009). *Aprenda Libras com eficiência e rapidez*. Mãos Sinais, Curitiba. 228p.
- Zanelli JC (2002). Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. *Estudos da Psicologia*, 7(num. Especial): 79-88.



ID DAYSE RODRIGUES DOS SANTOS é mestra em Estudos da Linguagem na Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão. Especialista em Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação pela Universidade Federal do Rio Grandões e em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria. Licenciada em Letras Português e Inglês pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA/Santarém. Membro permanente do Grupo de Pesquisa em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e Grupo de Pesquisa Centro de Estudos em Linguística Aplicada e Educação de Professores de Inglês como Língua Estrangeira (CELEPI), da UFOPA. Revisora do periódico Sede de Ler, da Universidade Federal Fluminense e da Revista Interdisciplinar em Estudos de Linguagem - Riel. Participa do Conselho editorial da Pantanal Editora. Atua na área de Letras, com ênfase em Língua Inglesa, desenvolvendo pesquisas principalmente com os seguintes temas: Formação de Professores, Linguística Aplicada, Métodos e estratégias de Ensino e aprendizagem de línguas adicionais, Gêneros Digitais, Análise e desenvolvimento de material didáticos para o ensino de inglês, Literatura Infantil e Juvenil. Coordena o Grupo de Estudos de Gêneros digitais no ensino médio e Proeja. Contato: dayse.rodrigues@ifpa.edu.br

ID NILA LUCIANA VILHENA MADUREIRA é Mestre em Educação, na área de Formação de Professores, pela Universidade Federal do Pará, UFPA, no Instituto de Educação, ICED. Atualmente é docente nos Cursos Integrados, Subsequentes, de Graduação e Especialização em Ensino de Ciências e Matemática do Instituto Federal do Pará, Campus Santarém. Neste mesmo instituto atua como Chefe do Setor de Ensino e Políticas Educacionais - SEPE. Graduou-se em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará - UEPA. É especialista em Gestão em Educação (UEPA); Em Ensino e Aprendizagem de Língua Portuguesa (UFPA); em Ensino e Aprendizagem em Ciências e Matemática (IEMCI-UFPA); cursa a especialização em Transtorno Do Espectro Autista: Intervenções Multidisciplinares em Contextos Intersetoriais (UEPA). Atua nos Cursos de Licenciatura vinculados ao PARFOR/ IFPA. Publicou os respectivos trabalhos: no livro Formação Continuada de Professores entre Texto e Contexto (2019) o capítulo intitulado: “O Programa Alfamat na Prática Pedagógica de Professores: um estudo sobre a percepção dos professores que atuam nas Escolas Municipais vinculadas à SEMEC - Belém”; XIV Seminário Nacional de Políticas Educacionais e Currículo e III Seminário Internacional de Políticas Públicas Educacionais, Cultura e Formação de Professores (2019), o resumo expandido que abordou o “Panorama Atual Acerca do Debate sobre a Formação de Professores no Brasil”; 39ª Reunião Nacional - ANPED. Ocorrido na UFF - Universidade Federal Fluminense - Niterói - Rio de Janeiro (2019), o artigo sobre “A Formação Continuada de Professores no Ensino Fundamental: Um Estudo Sobre a Percepção dos Professores dos Projetos Expertise e Alfamat Em Belém”; I Seminário de Políticas Públicas Educacionais do Marajó: as metas do PNE e a realidade marajoara (2017), o resumo expandido sobre: “FORMAÇÃO DE PROFESSORES: o que diz a produção científica sobre o tema?”. Contato: nila.madureira@ifpa.edu.br



ISBN 978-659912081-7



9

786599

120817

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br